

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT20.020

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: AVALIAÇÃO DE CURSO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO CURRICULAR NO CONTEXTO DO PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO DO ENSINO

José Nildo Alves Caú¹

Luiz Henrique Monteiro Barreto da Costa²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os limites e possibilidades da modalidade de avaliação de curso no contexto do processo de verticalização do ensino, com a finalidade de permitir o aprimoramento da efetividade acadêmica e social, fundamentada na promoção de valores democráticos e na melhoria da qualidade da Educação Profissional e Tecnológica de modo a orientar a expansão na oferta de vagas. A pesquisa tem por referencial teórico-metodológico o conceito de Avaliação Emancipatória de Ana Maria Saul (2010), que propõe um modelo avaliativo por meio de uma relação dialética entre o contexto histórico, social, político e cultural e o currículo. A análise foi subsidiada pela avaliação democrática de MacDonald (1995), pela política educacional e educação libertadora de Paulo Freire (2019) e pelo Modelo Pedagógico Senac (2022). Os procedimentos de abordagem que norteiam a pesquisa caracterizam-se por ser de natureza qualitativa. Definiu-se como campo de estudo a Instituição Senac Pernambuco. Os dados constituintes do estudo foram obtidos por meio da coleta de pesquisa bibliográfica e documental, observações de campo e realização de questionários e entrevistas semiestruturadas desenvolvidas com estudantes, professores e corpo técnico-administrativo, nos níveis de Ensino Médio Integrado, Graduação e Pós-Graduação. A metodologia utilizada contou com a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Os resul-

1 Doutor pelo Curso de Educação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, caunildo@recife.ifpe.edu.br;

2 Mestrando do Curso de Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Pernambuco - IFPE, henrique.barmont@gmail.com;

tados obtidos a partir da análise dos dados da pesquisa permitiram a construção do produto educacional, o instrumento de avaliação de curso, e sua aplicabilidade. Concluiu-se que o estabelecimento de uma avaliação de curso sistemática, contínua e participativa permite uma maior assertividade de indicadores para promoção de uma gestão eficaz da qualidade da educacional e o aprimoramento da prática pedagógica dialogada nas diferentes modalidades de ensino, garantindo que os atores educacionais alcancem seus objetivos traçados.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica, Avaliação de Curso, Verticalização do Ensino.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo principal analisar os limites e possibilidades da avaliação de cursos no contexto da verticalização do ensino, tendo como *locus* de pesquisa a Instituição Senac Pernambuco. O estudo parte do conceito de Avaliação Emancipatória, conforme definido por Saul (2006), que entende a avaliação como um processo dialógico e participativo, essencial para a promoção de valores democráticos e a melhoria contínua da prática educativa. O enfoque teórico é complementado pelas contribuições de MacDonald (1995), que propõe a avaliação democrática, e Paulo Freire (2019), que traz a perspectiva da educação libertadora, além do Modelo Pedagógico Senac (2022), que orienta os conceitos fundamentais que direcionam o aspecto educacional e as práticas pedagógicas da instituição.

A presente pesquisa justifica-se pelo seu potencial de impacto na gestão educacional de cursos, particularmente no que se refere ao desenvolvimento de indicadores que possam promover uma análise mais aprofundada e sistemática da qualidade dos cursos oferecidos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A proposta de avaliação visa não apenas à melhoria contínua da qualidade dos cursos, mas também à expansão da oferta educacional e ao aumento da efetividade acadêmica e social, alinhando-se às demandas por um ensino mais inclusivo e emancipatório.

Neste sentido, a pesquisa adota um olhar social para a metodologia avaliativa, promovendo a educação emancipatória ao longo da trajetória do estudante dentro de um mesmo ambiente de ensino. Essa perspectiva se fundamenta em um movimento histórico e filosófico de valorização da autonomia do sujeito. Conforme Souza (2019), a emancipação é entendida como a capacidade dos sujeitos enfrentarem e superarem situações de exploração, reafirmando a importância de uma prática educativa que fomente o pensamento crítico, a autonomia e a transformação social.

Ao incorporar tais princípios, a pesquisa não apenas propõe um modelo de avaliação, mas também contribui para uma gestão mais democrática e inclusiva, capaz de atender às necessidades reais dos estudantes e de promover a igualdade de oportunidades no acesso e permanência na educação. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com coleta de dados realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental, observações de campo, questionários e entrevistas com alunos, professores e corpo técnico-administrativo nos níveis de

Ensino Médio Integrado, Graduação e Pós-Graduação. A análise de conteúdo de Bardin (2011) foi utilizada para sistematizar e interpretar os dados, possibilitando a construção de um instrumento de avaliação adequado ao contexto da verticalização do ensino.

A verticalização do ensino promove uma progressão contínua e articulada entre o ensino médio integrado e a educação profissional, oferecendo maior autonomia ao estudante na construção de seu itinerário formativo e qualificando suas experiências acadêmicas (FRANCO; OLIVEIRA, 2014). Este modelo pode integrar diferentes níveis de ensino, desde a educação básica até a pós-graduação (FERNANDES, 2013). Contudo, sua implementação requer uma análise cuidadosa, pois pode limitar a atuação docente e induzir a uma abordagem tecnicista do currículo. Outro ponto de atenção está em poder direcionar as escolhas dos estudantes dentro das possibilidades de curso ofertadas pela instituição. Por outro lado, Fernandes (2013) observam que a verticalização do ensino, quando bem estruturada, pode contribuir para que os estudantes tenham uma visão ampla da profissão que desejam seguir, permitindo que eles desenvolvam uma identidade profissional mais definida.

Os resultados desta pesquisa ampliam a compreensão sobre os limites e possibilidades da avaliação de cursos no contexto da verticalização do ensino, destacando seu papel na melhoria da qualidade institucional e no aperfeiçoamento do processo avaliativo. A inclusão da comunidade acadêmica nesse processo fortalece valores democráticos, aumentando a efetividade acadêmica e social e impactando positivamente todos os envolvidos. A avaliação contínua, participativa e dialógica contribui para uma gestão curricular mais eficaz, aprimorando práticas pedagógicas em diversas modalidades de ensino. Além disso, o estudo gerou um instrumento de avaliação de curso aplicável à verticalização, promovendo uma educação mais justa e democrática, alinhada às demandas atuais e favorecendo a atuação dos diferentes atores que compõem a educação.

METODOLOGIA

A metodologia do presente estudo foi estruturada com base em um percurso teórico-metodológico que visou criar um Produto Educacional voltado à avaliação de curso no contexto da verticalização do ensino, tendo como *locus* de pesquisa o Senac Pernambuco. Os objetivos específicos incluíram identificar como a avaliação de curso é tratada na literatura, na legislação e em documen-

tos institucionais; caracterizar o funcionamento de diferentes cursos; analisar o impacto contextual da avaliação no ensino verticalizado; e elaborar um instrumento de avaliação de curso no contexto do processo de verticalização do ensino que permita o aprimoramento da efetividade acadêmica e social, fundamentada na promoção de valores democráticos e na melhoria da qualidade da Educação Profissional e Tecnológica de modo a orientar a expansão na oferta de vagas. O estudo seguiu uma abordagem qualitativa, uma escolha adequada à compreensão das práticas avaliativas em um cenário real e dinâmico.

De acordo com Lankshear e Knobel (2008), essa abordagem busca entender o mundo a partir da ótica dos sujeitos pesquisados, possibilitando uma análise rica e detalhada de suas experiências e percepções. A abordagem qualitativa permite que dados relevantes, mesmo em menor quantidade, sejam analisados de forma aprofundada, fortalecendo a validade e a confiabilidade dos resultados Bauer e Gaskell (2015).

De acordo com Minayo (2009), a metodologia qualitativa abrange uma abordagem teórica que incorpora métodos de pesquisa e técnicas destinadas à organização do conhecimento e da experiência, exigindo do pesquisador a capacidade de compreender os problemas investigados e propor soluções adequadas. Essa abordagem transcende o uso de técnicas isoladas, pois integra teorias à realidade empírica e às reflexões sobre essa realidade. Essa combinação complexa de perspectivas e métodos possibilita estabelecer uma relação dialética mais efetiva entre os aspectos históricos, sociais, políticos e culturais dos grupos estudados.

No contexto da investigação social abordada, Bauer e Gaskell (2010) identificam quatro dimensões essenciais para a condução da pesquisa: a amostragem, a observação participante, os estudos de caso e os experimentos. Além disso, destacam diferentes métodos de coleta de dados, como entrevistas, observações e análise documental. Quanto ao tratamento dos dados, mencionam a aplicação de técnicas como análise de conteúdo, retórica, análise de discurso e estatística, com foco em interesses de conhecimento voltados para controle, consenso e emancipação.

Neste sentido, o referencial qualitativo coaduna com a perspectiva de Saul para uma abordagem avaliativa no campo de pesquisa emancipatória que se propõe este estudo

A experiência nas áreas de pesquisa e avaliação, particularmente em avaliações de estilo qualitativo e participante, é requisito

necessário ao avaliador que se propõe a conduzir a avaliações no paradigma da avaliação emancipatória (Saul, 2006, p. 63).

As abordagens apresentadas por Lankshear e Knobel (2008), Minayo (2009), Gaskell (2010) e Saul (2006) orientaram o desenvolvimento das ações de pesquisa deste trabalho. O estudo foi conduzido por meio de levantamento bibliográfico, aplicação de questionários aos participantes e realização de observações de campo, convertendo as informações coletadas em dados que, posteriormente, foram analisados e interpretados, permitindo assim a construção do Produto Educacional.

A pesquisa foi desenvolvida com objetivos descritivos e explicativos, buscando caracterizar e compreender o fenômeno da avaliação de curso no contexto da verticalização do ensino. A abordagem descritiva focou em identificar e interpretar as características da prática avaliativa, conforme observadas na literatura, na legislação e nos documentos institucionais, além de analisar o funcionamento dos cursos e suas interdependências institucionais (Barros e Lehfeld, 2007). Por outro lado, a pesquisa explicativa procurou explorar as relações de causa e efeito presentes no processo avaliativo, identificando fatores que potencializam ou limitam essa prática dentro da instituição. De acordo com Severino (2007), essa análise visou não apenas registrar os fenômenos, mas também estabelecer conexões que contribuam para a compreensão das dinâmicas internas e externas que influenciam a gestão curricular. A pesquisa explicativa, portanto, complementou a descritiva, oferecendo subsídios para a formulação de hipóteses e para a construção de modelos de avaliação mais eficazes (Gil, 2010).

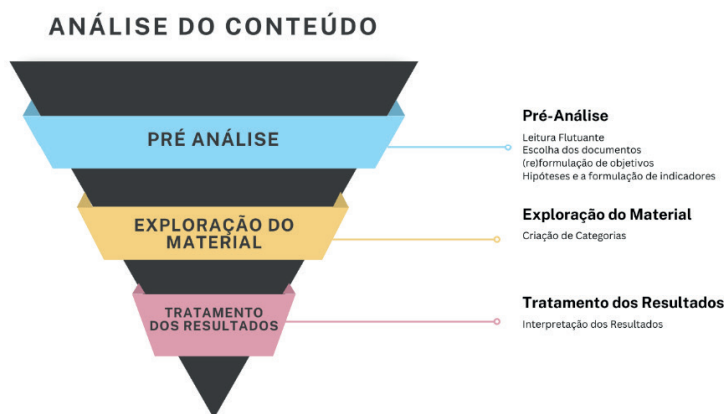
A amostra da pesquisa foi definida para assegurar a representatividade e validade dos resultados, seguindo os critérios de Gil (2010). Foram incluídos participantes do Ensino Médio Integrado, Graduação e Pós-Graduação do Senac Pernambuco, abrangendo estudantes, professores e técnicos administrativos de cada nível educacional. Os cursos selecionados fazem parte do itinerário formativo institucional e foram pensados a partir das possibilidades de uma proposta de verticalização, uma vez que a instituição ainda não possuía uma estrutura verticalizada. Deste modo, os critérios de participação da população abrangeram o 2º ano do Ensino Médio Integrado com Técnico em Informática, do 4º período do Curso Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, e do Curso *Master in Business Administration* (MBA) em Ciência de Dados e Inteligência Artificial da Faculdade Senac Pernambuco, localizada na cidade do Recife. Entre

os discentes, este critério compreende aqueles que já possuem familiaridade com a instituição, mas que não estão em uma fase que exija preocupações com a transição para um novo nível educacional, como a entrada no ensino superior ou a necessidade de elaboração de um projeto de conclusão de curso.

Para assegurar a integridade da pesquisa, foram seguidos rigorosos procedimentos éticos, incluindo cadastro na Plataforma Brasil e aprovação pelo Comitê de Ética. Os participantes e/ou responsáveis assinaram os Termos de Consentimento e Assentimento Livre e Esclarecido, garantindo a compreensão dos objetivos, métodos, riscos e benefícios do estudo.

Após a definição da amostra, foram desenvolvidos questionários específicos para cada grupo de participantes (técnico-administrativo, docente e discente), com o objetivo de descrever a realidade educacional e fomentar a criação coletiva do produto avaliativo (SAUL, 2006). Os questionários, disponibilizados via Microsoft Forms entre 16 de março e 15 de maio de 2024, incluíram perguntas fechadas e abertas, com um mínimo de 5 participantes por grupo e um total de 45 participantes. Para análise dos dados, foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin (2016), que segue três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação.

Figura 1 - Sequência da técnica da análise de conteúdo



Fonte: autor - criado a partir de Bardin (2011)

A validade dos resultados foi garantida por uma organização sistemática das fases de análise, evitando ambiguidades. A aplicação do produto foi realizada por meio da plataforma Survey Sparrow entre 14 e 22 de agosto de 2024.

A trilha metodológica desta pesquisa foi organizada em quatro etapas, pautadas por rigor científico para atingir os objetivos propostos (Gil, 2002). A

primeira etapa envolveu um levantamento bibliográfico e documental, buscando catalogar e analisar estudos relevantes sobre avaliação educacional, com foco nas dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). O levantamento mapeou dissertações cadastradas no Observatório ProfEPT e trabalhos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), permitindo identificar lacunas e tendências no tema estudado. A carência da literatura sobre instrumentos de avaliação de curso, especialmente voltados para a gestão curricular no contexto da verticalização do ensino, evidenciou a necessidade de desenvolver um instrumento que integrasse as complexidades da proposta. Esta ação oportunizou à criação de uma metodologia singular, plural, descritiva, crítica e inovadora, que dialoga com os aspectos culturais da instituição, dentro de um modelo emancipatório.

Na **segunda etapa**, houve a caracterização dos grupos amostrais e a construção de questionários específicos para cada grupo. Os questionários foram organizados em cinco blocos: perfil, experiência avaliativa, visão do curso, verticalização e autonomia digital, possibilitando uma coleta de dados abrangente e alinhada aos objetivos da pesquisa.

Figura 2 - Mapa da Distribuição das perguntas no Questionário

BLOCOS	CONCEITO
Perfil	Mapeia a modalidade de ensino, tempo de atuação e nível educacional dos participantes, destacando sua trajetória profissional e acadêmica
Experiência Avaliativa	Analisa o envolvimento dos participantes em avaliações internas e externas, compreendendo práticas e conhecimentos avaliativos.
Visão do Curso	Avalia a percepção dos participantes sobre a qualidade do curso, infraestrutura e desafios na avaliação de curso.
Verticalização	Explora o entendimento dos participantes sobre a continuidade acadêmica entre diferentes níveis educacionais na instituição
Autonomia Digital	Examina a competência digital dos participantes no uso de plataformas e recursos educacionais.

Fonte: autor

Todos os participantes foram convidados e participaram voluntariamente da pesquisa. Os formulários continham perguntas fechadas e abertas, podendo ser respondidos integralmente ou parcialmente.

A **terceira etapa** foi a fundamentação teórica, com foco no conceito de Avaliação Emancipatória (SAUL, 2006). Como categoria teórica de verticalização, foram acessados estudos de Pacheco (2011), Ribeiro (2022), Fernandes

(2013), Rôças e Bomfim (2017), Franco e Oliveira (2014), Curi *et al.* (2023), Moreira (2016), Zambon e Loureiro (2018). A análise foi subsidiada pela avaliação democrática de MacDonald (1995), pela política educacional e educação libertadora de Paulo Freire (1980, 2019) e pelo Modelo Pedagógico Senac (2022). Utilizou-se a pesquisa bibliográfica subsidiada em Albuquerque (2016), Arcoverde (2016), Balzan (2011), Eloi (2015), Frigotto (2010; 2012), Gomes (2018), Kuenzer (2010), Ma (2023), Moll (2010), Moretto (2007), Moura (2010), Ribeiro (2005, 2022), Silva (2015, 2020, 2023), Dias Sobrinho (2003, 2010, 2011) e Teixeira (2023). A concepção do produto foi orientada pelas contribuições de Norma (2008), Krug (2014), Colombo (2023) e Dourado (2023), cujos apontamentos permitiram a estruturação e implementação das ideias apresentadas. Essa abordagem teórica norteou o desenvolvimento do produto educacional, destacando a integração entre teoria e prática na avaliação de curso.

A **quarta etapa** culminou na elaboração do produto educacional, um instrumento voltado para a avaliação de curso. O produto foi desenvolvido de forma participativa, considerando as necessidades dos usuários e as especificidades do contexto educacional do Senac Pernambuco. As impressões dos grupos participantes permitiram ajustes no instrumento, assegurando sua eficácia no processo de verticalização do currículo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação no Brasil deve ser compreendida dentro de um contexto social e histórico mais amplo, pois ela tanto reflete quanto influencia as dinâmicas sociais e políticas, sendo moldada por embates hegemônicos e contra hegemônicos em meio a desigualdades sociais (FRIGOTTO, 2010).

Flach (2023) aponta que as concepções sociais e históricas, ao fundamentarem as políticas educacionais, podem gerar contradições que influenciam práticas pedagógicas e resultados. Sobrinho (2010) enfatiza que conceitos como democratização, qualidade e crise estão no centro das contradições e debates políticos educacionais, ocupando um lugar de destaque na agenda global da educação. Neste contexto, sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético, a qualidade não é neutra, pois depende da quantidade; ambas são essenciais para entender o contexto histórico que molda as concepções e políticas educacionais.

Neste cenário, a avaliação não é um processo ingênuo, pois incorpora não apenas teorias, mas também ideologias, refletindo relações de poder e sendo afetada por várias influências subjetivas que frequentemente estão fora de controle (VIANNA, 2012).

Assim, o conceito de “qualidade” em educação pode ser observado pelo seu caráter dinâmico e multifacetado, abrangendo interpretações relacionadas à formação humana, juízos de valor, relevância, eficácia, eficiência, efetividade, equidade e satisfação, sem um padrão fixo ou consenso definitivo). Neste cenário, a análise do conceito de qualidade deve considerar aspectos políticos, enfatizando o papel social da educação brasileira na promoção de uma sociedade mais justa e democrática, comprometida com sua transformação necessária (SAUL, 1990). Entre os principais focos da prática avaliativa está a de aproximar os resultados da autoavaliação institucional com as pessoas, a fim de subsidiar e instrumentalizar a comunidade acadêmica com informações que reflitam acerca da realidade.

A falta de literatura sobre instrumentos de avaliação de curso, especialmente no contexto da gestão curricular e verticalização do ensino, motivou a criação de uma metodologia de avaliação inovadora e integrada, que se alinha às especificidades culturais institucionais. Este modelo facilita a gestão curricular e a tomada de decisões baseadas em evidências, visando melhorar a qualidade do ensino.

Os resultados desta pesquisa foram organizados em cinco categorias analíticas, conforme os dados coletados por meio de questionários aplicados aos grupos educacionais da instituição, incluindo discentes, docentes e técnicos administrativos. A análise foi baseada na metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2016), garantindo um processo sistemático e objetivo na interpretação das informações. As cinco categorias analíticas estabelecidas foram: perfil, experiência avaliativa, visão do curso, verticalização e autonomia digital.

Sobre o **perfil**, os dados indicaram uma diversidade de perfis entre os participantes, abrangendo diferentes modalidades e níveis de ensino, como Ensino Médio Integrado, graduação e pós-graduação. A maioria dos discentes é proveniente do Ensino Médio Integrado, seguida por alunos de graduação e, por fim, de pós-graduação. Essa diversidade favoreceu a análise comparativa das percepções sobre a avaliação de curso, evidenciando correlações relevantes entre as características dos participantes e suas opiniões sobre a eficácia das práticas avaliativas institucionais.

Sobre a a **Experiência Avaliativa**, os discentes relataram maior envolvimento em avaliações externas (ENEM, SSA), enquanto os docentes e técnicos destacaram maior participação em avaliações internas, como a autoavaliação institucional. A ausência de uma estrutura formal para a autoavaliação no Ensino Médio Integrado foi um ponto crítico, o que reforça a necessidade de fortalecer uma cultura avaliativa interna que fomente a reflexão crítica e a autonomia dos participantes, como defendido por Saul (2006) e Freire (2019).

Sobre a **Visão do Curso**, as percepções sobre a qualidade do curso mostraram consenso em relação à infraestrutura e qualificação dos docentes, ambas vistas como positivas por todos os grupos. No entanto, os discentes apontaram fragilidades na metodologia de ensino e no suporte ao estudante, especialmente no que se refere à adequação do currículo às suas necessidades e expectativas de aprendizagem. Essa divergência sugere que o desenvolvimento de uma abordagem mais inclusiva e participativa poderia melhorar a eficácia do processo avaliativo, conforme preconizado por MacDonald (1995). A análise evidenciou que, para alcançar uma avaliação de curso efetiva, é fundamental considerar uma abordagem mais abrangente, que integre tanto aspectos pedagógicos quanto estruturais.

Sobre a verticalização, a proposta de verticalização foi avaliada de forma positiva por todos os grupos, principalmente pelos docentes e técnicos, que identificaram o modelo como uma oportunidade para integrar diferentes níveis educacionais. Contudo, os discentes destacaram desafios relacionados à adaptação curricular entre os níveis de ensino, o que aponta para a necessidade de uma articulação mais efetiva para garantir a continuidade educacional e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Sobre a **Autonomia Digital**, os participantes demonstraram um nível satisfatório de competência digital, com destaque para os docentes e técnicos, que apresentaram maior familiaridade com plataformas e recursos digitais. Os discentes, embora tenham apresentado um nível adequado de autonomia digital, relataram dificuldades no acesso a alguns recursos específicos, indicando a necessidade de ações mais inclusivas que promovam a acessibilidade e equidade digital, alinhando-se às práticas propostas por Krug (2014).

PRODUTO EDUCACIONAL E SUAS DIMENSÕES

O conceito de produto educacional é definido por Ribeiro (2005) como um recurso pedagógico destinado a aperfeiçoar o processo de ensino-aprendi-

zagem, apresentando-se em formatos variados, como manuais, softwares, jogos educativos, entre outros. No contexto deste estudo, o produto educacional desenvolvido foi um instrumento de avaliação de curso focado na gestão curricular no contexto da verticalização do ensino.

A construção das dimensões do produto foi baseada nos conceitos de Krug (2014) e Norma (2008), que destacam a importância de criar ferramentas educacionais que atendam às necessidades específicas dos usuários, sejam eles discentes, docentes ou corpo técnico-administrativo. As dimensões do produto foram pensadas para refletir os principais blocos analíticos levantados na pesquisa: perfil, experiência avaliativa, visão do curso, verticalização e autonomia digital. Cada dimensão foi estruturada para promover um diálogo direto entre os indicadores de avaliação e as necessidades pedagógicas da verticalização, permitindo uma análise abrangente e adaptável aos diferentes níveis educacionais.

Os questionários aplicados foram fundamentais para envolver diferentes grupos de ensino na construção coletiva de uma ferramenta avaliativa. Essa participação ativa permitiu tanto a expressão das realidades investigadas quanto uma crítica reflexiva sobre os dados obtidos (SAUL, 2006), assegurando que a ferramenta fosse alinhada às necessidades pedagógicas do processo de verticalização do ensino. As dimensões da ferramenta foram delineadas para atender aos diferentes níveis educacionais e para garantir uma análise adaptável e abrangente.

DIMENSÕES DA FERRAMENTA AVALIATIVA

- **Organização Didático-Pedagógica:** Avalia o currículo, a metodologia de ensino, a articulação teoria-prática e a avaliação do aprendizado, visando garantir coerência e flexibilidade curricular.
- **Atores Educacionais:** Foca na formação e qualificação de professores, discentes e técnicos, considerando suas capacidades de desenvolver ações educativas, o apoio institucional e a dinâmica das relações educacionais.
- **Oferta, Formação e Empregabilidade:** Examina o impacto socioeconômico do curso, incluindo empregabilidade, taxas de aprovação e retenção, e a adequação das competências adquiridas ao mercado de trabalho.

- **Infraestrutura:** Considera a adequação e acessibilidade das instalações físicas, a disponibilidade de recursos didáticos e tecnológicos e a manutenção dos ambientes educacionais.
- **Conexões Extramuros:** Aborda aspectos socioemocionais, como o bem-estar, as conexões interpessoais e o sentido de propósito, explorando a dimensão humana da jornada educacional.

Essas dimensões visam a uma avaliação contínua e integrada, permitindo uma gestão curricular mais eficaz no contexto da verticalização.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os achados revelaram que a avaliação de curso, quando realizada de maneira participativa e contínua, contribui para uma gestão curricular mais democrática e alinhada aos princípios da Avaliação Emancipatória (Saul, 2006). A criação colaborativa do instrumento de avaliação permitiu que os diferentes grupos educacionais se sentissem representados, tornando o processo avaliativo mais significativo e adaptado às realidades institucionais.

A pesquisa também destacou a importância de uma abordagem integrada e dialógica na avaliação de curso, em consonância com os princípios de Paulo Freire (2019). A integração tecnológica e o fortalecimento da autoavaliação interna foram identificados como desafios fundamentais para aprimorar as práticas pedagógicas e a gestão curricular. Ao mesmo tempo, representam oportunidades de inovação para tornar a avaliação de curso mais inclusiva e eficaz, garantindo a melhoria contínua das práticas educacionais no contexto de verticalização do Senac Pernambuco.

A aplicação da ferramenta de avaliação desenvolvida permitiu coletar dados significativos sobre o impacto da gestão curricular no processo de verticalização do ensino no Senac Pernambuco. Os dados coletados apontaram uma aceitação geral da ferramenta por todos os grupos, com destaque para os docentes, que consideraram o instrumento uma inovação metodológica que fortalece a gestão curricular participativa.

Entre os docentes, observou-se um elevado nível de interação, com 67% utilizando o celular para responder ao questionário, o que destacou a acessibilidade da ferramenta. A interatividade e a linguagem acessível foram elogiadas, enquanto sugestões de melhoria incluíram a adição de barras de progresso no

decorrer da pesquisa e a simplificação das questões socioemocionais. Os resultados apontaram para uma percepção positiva sobre a relevância do conteúdo abordado e o alinhamento com as políticas de direitos humanos e educação ambiental. No entanto, o anonimato de 55% dos respondentes pode indicar receio em expressar opiniões críticas, sugerindo a necessidade de um ambiente mais seguro e aberto para a autoavaliação, reforçando a importância de uma abordagem emancipatória no processo avaliativo (SAUL, 2006).

Os técnicos administrativos responderam majoritariamente pelo computador, com uma taxa de conversão de 100%, evidenciando um forte engajamento. A usabilidade, interatividade e relevância do questionário foram destacadas como pontos positivos. Sugestões de melhoria incluíram um detalhamento mais preciso dos programas de formação continuada e maior incentivo ao feedback construtivo, o que reforça a importância de uma avaliação que permita um diálogo mais profundo e crítico entre os participantes, como propõe Freire (2019). A interação entre técnicos e docentes também foi um ponto de atenção, indicando a necessidade de maior clareza e alinhamento nas atividades administrativas e acadêmicas.

Os discentes, por sua vez, apresentaram uma taxa de conversão moderada de 54,55%, com a maioria utilizando o computador para responder ao questionário. Eles destacaram a linguagem acessível e a inovação da ferramenta, embora muitos tenham enfrentado dificuldades de interpretação do conteúdo, sugerindo que a comunicação dos conceitos avaliativos precisa ser mais clara e próxima da realidade dos alunos. A percepção positiva sobre o alinhamento do conteúdo curricular com o mercado de trabalho, embora significativa, foi acompanhada de críticas às oportunidades práticas, mostrando uma lacuna na integração teoria-prática, aspecto fundamental em uma avaliação formativa e emancipatória (SAUL, 2006).

De maneira geral, a percepção dos grupos sobre a ferramenta foi positiva, pois esta favoreceu, segundo relatos, uma gestão curricular mais integrada e democrática, alinhada às demandas contemporâneas da Educação Profissional e Tecnológica. A aplicação prática do produto evidenciou seu potencial de promover uma educação emancipatória, conforme defendido por Saul (2006), ao permitir que todos os atores educacionais participem ativamente do processo avaliativo e de tomada de decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar os limites e as possibilidades da avaliação de cursos no contexto da verticalização do ensino, destacando-se a importância de práticas participativas e contínuas que promovam a eficácia acadêmica e social. A pesquisa, fundamentada no conceito de Avaliação Emancipatória, mostrou-se eficaz na criação de um instrumento de avaliação de curso adaptado às necessidades do contexto educacional da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), promovendo um ambiente mais democrático e inclusivo.

Os resultados demonstraram que a construção coletiva da ferramenta de avaliação, envolvendo docentes, discentes e técnicos administrativos, foi um ponto alto do estudo. Tal abordagem não apenas promoveu um sentimento de pertencimento entre os participantes, mas também garantiu a adequação da ferramenta às suas realidades. A pesquisa evidenciou a relevância de se considerar aspectos teóricos e práticos na avaliação de cursos, integrando conceitos de autonomia digital, formação docente e experiências avaliativas em um mesmo instrumento, o que favorece uma análise mais holística e precisa da gestão curricular e dos resultados educacionais.

Para pesquisas futura-se explorar a aplicação da ferramenta em diferentes contextos e investigar seus impactos em longo prazo. A inclusão de novas variáveis, como indicadores de empregabilidade e satisfação dos egressos, também pode enriquecer a compreensão sobre a eficácia dos cursos oferecidos. Em suma, este estudo contribui para a melhoria das práticas avaliativas na EPT, propondo um modelo inovador e adaptável que valoriza o diálogo, a participação e a democratização do processo educacional.

No desenvolvimento deste trabalho, ficou evidente a necessidade de ampliar o entendimento sobre a avaliação de cursos no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), considerando as especificidades dos diferentes níveis de ensino e as demandas de formação contínua. A integração curricular, mencionada na análise dos resultados, destacou-se como um desafio central, especialmente no processo de verticalização do ensino, que visa garantir a continuidade educacional dos discentes. A aplicação da ferramenta de avaliação desenvolvida reforça o papel da avaliação como um instrumento não apenas de mensuração, mas também de emancipação e melhoria contínua da prática pedagógica e da gestão curricular.

Ademais, a pesquisa demonstrou que, para se alcançar uma gestão curricular eficaz, é fundamental investir na formação e no engajamento dos atores educacionais, fortalecendo uma cultura de autoavaliação e participação ativa. Essa prática está alinhada aos princípios da educação democrática, promovendo uma abordagem mais crítica e reflexiva sobre a qualidade do ensino e sobre os resultados alcançados pelos cursos oferecidos.

Por fim, as considerações finais deste estudo não apenas apontam para a viabilidade da proposta, mas também ressaltam a importância de uma abordagem ética e dialógica no processo de avaliação. Espera-se que as contribuições teóricas e práticas aqui apresentadas sirvam de base para novas pesquisas e para o aperfeiçoamento de políticas públicas na área de EPT, beneficiando não apenas os estudantes, mas toda a comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

BALZAN, Newton Cesar; SOBRINHO, José Dias. *Avaliação institucional: teoria e experiências*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 13. ed., 2. reimpr. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BORGES, R. M.; ROTHEN, J. C. Avaliação educacional brasileira na década de 1980: o campo entre duas abordagens. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, p. 36-66, jan./abr. 2019.

BORGES, Regenilson Maciel. Indicadores educacionais em foco: análise frente à realidade brasileira. In: ROTHEN, José Carlos; SANTANA, Andréia da Cunha Malheiros, orgs. *Avaliação na educação: referências para uma primeira conversa*. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 115-138.

BRASIL. 20 anos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Evento realizado pelo Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), de 25 a 26 de abril de 2024, Brasília, DF.

BRASIL. Decreto n.º 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=3860&ano=2001&ato=f39AzaZE90MNpWTd95>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 72, seção 1, p. 03-04, 15 abr. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. Lei n.º 14.645, de 02 de agosto de 2023. Institui o Marco Legal do Ensino Técnico. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 02 ago. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14645.htm. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 30 abr. 2023.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues. Guia prático de procedimentos técnicos para avaliação de cursos de graduação no Centro de Informática da UFPB, a partir do SINAES. 2019. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da educação superior: regulação e emancipação. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 8, n. 2, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1221>. Acesso em: 16 set. 2024.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação & Sociedade*, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out. 2010.

DOURADO, Josi Fernandes; COLOMBO, Angélica Aparecida Antonechen. *Produtos educacionais: elaboração e validação/avaliação, na perspectiva do ProfEPT*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2024.

FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. Autoavaliação de curso: reflexões sobre a elaboração de questionários e a percepção de estudantes. In: ROTHEN, José Carlos; SANTANA, Andréia da Cunha Malheiros, orgs. *Avaliação na educação: referências para uma primeira conversa*. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 173-188.

FERNANDES, Maria Regina da Silva. O processo de verticalização da educação profissional e tecnológica e suas implicações na qualidade do trabalho dos docentes do Câmpus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FILHO, Carlos Antônio Pereira Gonçalves; OLIVEIRA, Isabel Cristina Pereira; FERREIRA, Andrezza Priscila de Lima; RODRIGUES, Gessé da Silva. *CPA Itinerante: uma estratégia de formação, avaliação e planejamento em uma instituição multi-campi*. UFRPE, 2019.

FLACH, Simone de Fátima. O debate em torno da qualidade da educação: interesses em disputa. *Cadernos CEDES*, v. 43, n. 121, p. 9-18, set. 2023.

FRANCO, Geraldo Henrique Mattos; OLIVEIRA, Marcelo Tadeu Gonçalves. Ensino médio integrado no Brasil: uma análise do processo de implantação em um contexto de reformas educacionais. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 30, n. 2, p. 337-352, 2014.

FREIRE, Paulo. *Direitos humanos e educação libertadora*. Organização de Ana Maria Araújo Freire e Erasto Fortes Mendonça. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 84. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.;

GASKELL, George, orgs. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GATTI, Bernardete Angelina. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Líber Livro, 2000.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KRUG, Steve. *Não me faça pensar: atualizado*. 3. ed. São Paulo: Alta Books, 2014.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. *Pesquisa pedagógica do projeto à implementação*. Porto Alegre: Artemed, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2010.

MACDONALD, Barry. La Evaluación Como Profesión de Servicio Público: Perspectivas de Futuro. In: SÁEZ, Miguel, coord. *Conceptualizando la Evaluación en España*. Alcalá de Henares: Universidad Alcalá de Henares, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza, org. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORETTO, Vasco Pedro. *Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOTA, Luciana Regina; RAMOS, Marcela Andrade. Ensino médio integrado: reflexões acerca da articulação entre a educação profissional e a educação básica. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 1048-1061, 2016.

NORMAN, Donald A. *O design do dia a dia*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

PACHECO, Eliezer, org. *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: https://www.fundacao-santillana.org.br/wpcontent/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf. Acesso em: 24 nov. 2023.

PACHECO, Eliezer, org. *Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais*. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana; Ed. Moderna Ltda, 2012. Disponível em: <https://www.fundacaosantillana.org.br/publicacao/perspectivas-da-educacaoprofissional-tecp>

[nica-de-nivel-medio-proposta-de-diretrizes-curriculares-nacionais/](#). Acesso em: 26 nov. 2023.

RIBEIRO, Lúri. A política de verticalização do ensino no Instituto Federal Goiano, campus Trindade e as possibilidades de itinerários formativos discente. 2022. 194 f. Tese (Doutorado em Educação) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022.

RIBEIRO, Márcia Regina. *Materiais didáticos: uma proposta para sua elaboração e uso*. São Paulo: Loyola, 2005.

RÔÇAS, Gilberto; BOMFIM, Antônio Marcos. Educação superior e educação básica nos Institutos Federais: avaliação da verticalização de ensino com seus gestores. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, v. 1, n. 1, p. 50-73, 2017.

ROTHEN, José Carlos. Uma pequena história da avaliação da educação a partir do caso brasileiro e francês. In: ROTHEN, José Carlos; SANTANA, Andréia da Cunha Malheiros, orgs. *Avaliação na educação: referências para uma primeira conversa*. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 17-36.

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Glayds Beatriz. Avaliação, agências e especialistas: padrões oficiais de qualidade da educação superior. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 17, n. 65, p. 729-752, out. 2009. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/651>. Acesso em: 16 set. 2024.

ROTHEN, José Carlos; SANTANA, Andréia da Cunha Malheiros, orgs. *Avaliação na educação: referências para uma primeira conversa*. São Carlos: EdUFSCar, 2018. 207 p.

SAUL, Ana Maria. *Avaliação emancipadora: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SAUL, Ana Maria. Referenciais freireanos para a prática da avaliação. *Revista de Educação PUC-Campinas*, [S. l.], n. 25, 2012. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/90>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SENAC. Departamento Nacional. *Concepções e princípios*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Senac, 2022. (Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac 1).

SENAC. Departamento Nacional. *Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: volume 1*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Senac, 2023.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Assis Leão da. Avaliação institucional no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SILVA, Maria Abádia da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200005>. Acesso em: 14 set. 2024.

SOUSA, José Vieira de; ROCHA, Ana Paula de Matos Oliveira. Repercussões da avaliação como instrumento de regulamentação política educacional. In: ROTHEN, José Carlos; SANTANA, Andréia da Cunha Malheiros, orgs. *Avaliação na educação: referências para uma primeira conversa*. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 157-172.

SOUZA, Andreliza Cristina. Avaliação e emancipação: a perspectiva da Sociologia na Avaliação. In: ROTHEN, José Carlos; SANTANA, Andréia da Cunha Malheiros, orgs. *Avaliação na educação: referências para uma primeira conversa*. São Carlos: EdUFSCar, 2019. p. 51-66.

SOUZA, Maria Alba de. Avaliação educacional: uma perspectiva histórica. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 25, n. 60, p. 14-35, n. especial, dez. 2014.

SOUZA, Matheus Silveira de. Educação e trabalho como pressupostos das políticas públicas de educação profissional e tecnológica. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. DOI: 10.11606/D.2.2020.tde-09052021-204753. Acesso em: 15 out. 2024.

VIANNA, Cleverson Tabajara. Avaliação institucional & o desafio da implantação da cultura da autoavaliação (autoavaliação e CPA). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/seminarios_regionais/trabalhos_regiao/2013/sul/eixo_1/avaliacao_institucional_desafio_cultura_a_utoavaliacao_cpa.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.